

KALUNGA S.A.

CNPJ 43.283.811/0001-50 • NIRE 35.300.558.120

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às determinações estatutárias e legais, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras da Kalunga S.A. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 23 de março de 2023. **A Administração.**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.338	16.201	Fornecedores	14	867.858	793.833
Contas a receber	7	122.472	78.294	Empréstimos e financiamentos	15	163.674	229.896
Aplicações financeiras	6	5.310	3.487	Empréstimos com partes relacionadas	10	100.817	103.003
Estoques	8	499.170	488.014	Obrigações trabalhistas		32.171	30.420
Impostos a recuperar	9	432.923	480.219	Obrigações fiscais	16	37.652	28.515
Outros ativos		7.376	5.620	Imposto de renda e contribuição social a pagar		3.761	-
Total do ativo circulante		1.084.589	1.071.835	Passivo de arrendamento	12	98.780	82.264
Ativo não circulante				Dividendos a pagar	19.e	22.611	11.957
Outros ativos		671	-	Receita diferida	17	5.545	2.039
Partes relacionadas	10	649.891	508.826	Vendas para entregas futuras		478	-
Depósitos judiciais	11	27.503	20.519	Receita diferida de contrato de parceria		23.503	-
Impostos a recuperar	9	30.646	117.177	Outros passivos		38.881	26.903
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	6.526	-	Total do passivo circulante		1.395.731	1.308.830
Imobilizado	13	94.888	114.029	Passivo não circulante			
Intangível		1.944	2.467	Empréstimos e financiamentos	15	339.769	458.476
Direito de uso	12	455.308	488.941	Empréstimos com partes relacionadas	10	4.914	4.073
Total do ativo não circulante		1.267.377	1.251.959	Receita diferida de contrato de parceria		33.292	-
				Passivo de arrendamento	12	424.587	462.722
				Provisão para desmantelamento		6.519	6.092
				Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	8.005	8.634
				Obrigações fiscais	16	5.653	8.567
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	17.453
				Total do passivo não circulante		822.739	966.017
				Total do passivo		2.218.470	2.274.847
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19.a	56.127	8.300
				Reserva de capital		6	6
				Reserva legal	19.c	6.420	1.660
				Reserva para Investimento	19.d	70.943	38.981
				Total do patrimônio líquido		133.496	48.947
Total do ativo		2.351.966	2.323.794	Total do passivo e patrimônio líquido		2.351.966	2.323.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para Investimento	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020	8.300	6	-	3.111	143.000	-	154.417
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(143.000)	-	(143.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	49.487	49.487
Constituição de reservas	19.d	-	1.660	35.870	-	(37.530)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.e	-	-	-	-	(11.957)	(11.957)
Em 31 de dezembro de 2021	8.300	6	1.660	38.981	-	-	48.947
Aumento de capital com reserva	19.b	35.870	-	(35.870)	-	-	-
Aumento de capital com dividendos	19.b	11.957	-	-	-	-	11.957
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	95.203	95.203
Constituição de reservas	19.d	-	4.760	67.832	-	(72.592)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.e	-	-	-	-	(22.611)	(22.611)
Em 31 de dezembro de 2022	56.127	6	6.420	70.943	-	-	133.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional. A Kalunga S.A. ("Kalunga" ou "Companhia") possui sede na cidade de São Paulo, tem por atividade preponderante o comércio de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais de escritório em geral, microcomputadores, softwares, equipamentos e materiais de informática em geral, entre outros, que operam sob a denominação comercial da Kalunga. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo, e 221 lojas distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Sergipe (222 lojas em 31 de dezembro de 2021). Em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **COVID.** O ano de 2022 foi marcado pela retomada de crescimento dos resultados da Companhia, impulsionado pelo retorno gradativo das atividades presenciais e inexistência de restrições, mas sobretudo por um forte período de volta as aulas. Diferentemente de 2021, onde os resultados ainda refletiam os efeitos da pandemia e das medidas de restrições. Quando comparado ao exercício de 2021, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou um aumento de 15,3%, sendo justamente as lojas físicas que apresentaram um melhor desempenho, com um aumento de 16,7%, seguido pelo canal de digital que apresentou aumento de 9,6%, e agora representa 19,1% da receita líquida total da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (20,1% em 31 de dezembro de 2021). Seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/20, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo: **(i) Perdas estimadas do contas a receber.** Em 2022, considerando o cenário pós pandêmico, com funcionamento pleno de todas as lojas e crescimento das vendas em todos os canais, a Administração prezando pelas melhores práticas, considerando o aspecto histórico e de expectativa de perda futura, estimou o percentual de perdas sobre o faturamento nos canais digitais, através de cartões de crédito, em 0,51% (0,77% em 2021), o qual é utilizado como métrica para constituição e/ou manutenção da provisão para perda de crédito esperada. Em relação as Vendas Corporativas, a ação contínua da Administração da Companhia na mitigação prévia dos riscos, contribuiu para a manutenção dos percentuais de recuperação históricos da Kalunga nas diferentes faixas de Vencidos e A Vencer – Faturado e, portanto, no controle dos percentuais de perdas históricas, os quais, servem de base para o cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos. Com base no monitoramento da carteira de clientes e gestão de crédito, a Companhia mensurou os níveis de provisão para perdas com recebíveis. Em relação ao total do contas a receber de clientes, a provisão em 31 de dezembro de 2022 equivale a 1,1% (1,8% em 31 de dezembro de 2021). A diminuição do percentual é resultado do bom desempenho apresentado em 2022 alinhado aos esforços da Administração na mitigação e controle de riscos, ainda que considerando o saldo de antecipações de recebíveis de R\$134.955, existente em 31 de dezembro de 2022 (R\$32.097 em 31 de dezembro de 2021). **(ii) Valor de recuperação dos estoques.** Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Companhia não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. Como pode ser constatado na demonstração do resultado do exercício, a margem bruta em 31 de dezembro de 2022, quando comparado a 2021, aumentou em 3,0 pontos percentuais, de 36,0% para 39,0%, fruto da retomada de crescimento das vendas e da mudança da estratégia da Companhia de recompor, de forma criteriosa, as margens dos produtos baseado na força da marca Kalunga. **(iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente.** O cenário atual de taxa básica de juros indica uma estabilidade da taxa, embora em patamares ainda elevados. Conforme Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 30 de dezembro de 2022, a expectativa do mercado para a Selic em 2022 foi mantida em 13,75% a.a., enquanto a taxa acumulada do DI em 12 meses em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,39%. Como consequência desse cenário e considerando as taxas de antecipação de recebíveis praticadas recentemente, a Companhia revisou as taxas de juros utilizadas para desconto a valor presente em 31 de dezembro de 2022, que resultaram num aumento quando comparadas com 31 de dezembro de 2021, como segue:

	2022	2021
Taxa de juros – AVP Clientes	1,19%am	0,99%am
Taxa de juros – AVP Fornecedores	1,33%am	1,26%am
Taxa de juros – AVP Arrendamentos	1,28%am	0,64%am

(iv) Realização de imposto de renda diferido ativo. Refere-se basicamente ao imposto incidente sobre adições temporárias, normais a atividade da Companhia. Não foi observada nenhuma evidência que possa afetar a sua realização. **(v) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso.** Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos. **(vi) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19.** Como resultado dessa revisão, a Companhia identificou em 2021 ajustes relacionados aos benefícios recebidos de arrendadores no valor de R\$11.726. Em 2022, não foram recebidos benefícios de arrendadores. **Aquisição da Spirai.** Em 29 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia (em conjunto com os "Vendedores") para a aquisição de 100% das quotas da Spirai do Brasil Ltda. ("Spirai"), no valor total de R\$ 106.250. O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito detido pela Kalunga contra os vendedores, na forma dos artigos 368 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada. A conclusão de referida transação até 31 de dezembro de 2022 ainda não havia ocorrido e está sujeita à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e de realização de oferta pública inicial de ações, ocasião em que a Kalunga passará à condição de acionista controladora da Spirai. **2. Base de elaboração.** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Em consonância com a Deliberação CVM Nº 557, de 12 de novembro de 2008, a Companhia na condição de companhia aberta apresenta as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, segundo o CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 311.142 (R\$ 236.995 em 31 de dezembro de 2021) derivado principalmente de sua estratégia de operar com ênfase em capital de terceiros. A Administração da Companhia ressalta que o prazo médio de recebimento de clientes é de 15 dias em 31 de dezembro de 2022 (18 dias em 31 de dezembro de 2021) enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 234 dias em 31 de dezembro de 2022 (232 dias em 31 de dezembro de 2021). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar conti-

nuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A Companhia apresenta um patrimônio líquido de R\$ 133.496 em 31 de dezembro de 2022 (R\$48.947 em 31 de dezembro de 2021), o que representa um incremento de 172,7%, o qual, foi impulsionado pelas capitalizações realizadas em 2022, mas principalmente pelo resultado apresentado no período, isto é, um lucro líquido de R\$95.203 que comparado aos R\$49.487 em 2021, representa um aumento de 92,4%, o que reflete uma forte retomada do crescimento. Em relação a geração de caixa operacional, a Companhia apresentou um caixa positivo de R\$ 476.872 em 2022 que comparado aos R\$310.106 gerados em 2021, representa um aumento de 53,8%, que demonstra a capacidade da Companhia da conversão de lucro em caixa. A estratégia de crescimento da Companhia permanece baseada na expansão dos pontos de vendas no território nacional, sobretudo canalizando sua atuação em locais em que ainda está pouco presente. Continuam os estudos e desenvolvimento de atividades alternativas, principalmente focando nos canais digitais e "Omnichannel" da operação, com o desenvolvimento de novas ferramentas e formas de atendimento ao cliente, como por exemplo o *store pick-up* e o *shipping from store*. Adicionalmente, a Administração identifica boas possibilidades para a expansão de unidades de Copy & Print dentro das lojas Kalunga, que em 2022 gerou receita líquida de R\$3.918 (R\$2.611 em 2021). Analisando o desempenho do crescimento da Companhia, a Administração acredita muito no *Online Partner Store*, quando a Companhia faz parcerias exclusivas com alguns de seus fornecedores para efetuar a gestão e operação de seus *e-commerces*. Desde sua inauguração no quarto trimestre de 2019, este serviço vem apresentando resultados significativos. As vendas brutas com *Online Partner Store* foram de R\$ 81 milhões em 2022, aumento de 13% em relação ao exercício anterior (R\$ 72 milhões em 2021). A Companhia, como em anos anteriores, tem utilizado os recursos de instituições financeiras de grande porte no mercado nacional. As linhas de crédito mais utilizadas são: capital de giro (garantidos por aval dos acionistas e recebíveis) e antecipações de recebíveis (cartões). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Devido a arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023. **3. Políticas contábeis. 3.1 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação, são valorizados pelo custo amortizado e acrescidos de rendimentos auferidos até a data de reporte e sujeitos a risco insignificante de desvalorização. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2 Contas a receber de clientes.** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decorso normal das atividades da Companhia, classificados no ativo circulante, uma vez que são recebíveis de curto prazo. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor líquido de realização, ajustado a valor presente, e compreendem basicamente as operações com cartões de crédito e vendas a prazo. Para as vendas com cartões de crédito, o risco de inadimplência é das administradoras de cartões de crédito. Sobre as vendas com cartão de crédito a Companhia reconhece apenas as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente (*chargeback*), para os demais recebíveis a Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperada conforme a normativa aplicável. **3.3 Estoques.** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ajustado a valor presente e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda, bem como determinados tributos sobre as vendas, e acordos comerciais recebidas de fornecedores. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem negativa, quando aplicável, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. **3.4 Acordos comerciais.** Acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares, são apresentados como redutores do custo das compras e, portanto, a parcela de produtos não comercializados é apresentada como redutora do custo dos estoques. A liquidação destes acordos ocorre por meio de depósitos em espécie ou abatimento de faturas a pagar aos fornecedores. Saldos de acordos comerciais cuja obrigação da Companhia foi cumprida, porém não recebidos, são apresentados como recebíveis quando não há saldos a pagar ao respectivo fornecedor. **3.5 Depósitos judiciais.** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis. **3.6 Ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos que são classificados sempre no ativo/passivo não circulante, independentemente do seu prazo de realização/liquidação. **3.7 Ajuste a valor presente.** O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita, dos respectivos ativos e passivos. A Companhia efetua o desconto a valor presente do contas a receber de clientes, estoques, arrendamentos e fornecedores. As taxas utilizadas e montantes dos ajustes a valor presente estão descritas nas Notas 7, 8, 12 e 14. **3.8 Intangível.** São classificados nesta conta os gastos com aquisições de licenças de uso de *softwares* utilizados na operação do banco de dados e dos

Demonstrações dos resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2022	2021
Receita líquida	21	2.369.431	2.054.498
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados		(1.446.270)	(1.314.553)
Lucro bruto		923.161	739.945
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas	22	(590.509)	(517.148)
Gerais e administrativas	23	(76.710)	(67.408)
Outras receitas, líquidas	24	638	20.166
		(666.581)	(564.390)
Lucro operacional		256.580	175.555
Despesas financeiras	25	(264.100)	(171.730)
Receitas financeiras	25	144.096	67.248
Resultado financeiro	25	(120.004)	(104.482)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		136.576	71.073
Corrente	26	(65.352)	(22.442)
Diferido	26	23.979	856
Imposto de renda e contribuição social	26	(41.373)	(21.586)
Lucro líquido do exercício		95.203	49.487
Quantidade de ações do capital social	27	622.139.776	500.000.000
Lucro por ação - básico e diluído (expresso em Reais)	27	0,1530	0,0990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	95.203	49.487	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total do resultado abrangente	95.203	49.487	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Reserva de lucros

Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para Investimento	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020	8.300	6	-	3.111	143.000	-	154.417
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	(143.000)	-	(143.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	49.487	49.487
Constituição de reservas	19.d	-	1.660	35.870	-	(37.530)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.e	-	-	-	-	(11.957)	(11.957)
Em 31 de dezembro de 2021	8.300	6	1.660	38.981	-	-	48.947
Aumento de capital com reserva	19.b	35.870	-	(35.870)	-	-	-
Aumento de capital com dividendos	19.b	11.957	-	-	-	-	11.957
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	95.203	95.203
Constituição de reservas	19.d	-	4.760	67.832	-	(72.592)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.e	-	-	-	-	(22.611)	(22.611)
Em 31 de dezembro de 2022	56.127	6	6.420	70.943	-	-	133.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		136.576	71.073
Ajuste para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa:			
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS	9.2 e 24	-	(23.116)
Depreciação e amortização		129.117	117.401
Perda (ganho)/na alienação ou baixa de ativo imobilizado e ativo por direito de uso		(517)	

sistemas operacionais, estando avaliados pelo custo de aquisição. Conforme análises técnicas da área de tecnologia a vida útil estimada é de cinco anos, sendo amortizado durante esse período de forma linear. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.9 Arrendamentos.** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatária.** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso.** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, no mínimo, pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento.** No início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos, a serem realizados durante a vigência do arrendamento, brutos de PIS e COFINS e renovação, quando esta seja permitida pelo contrato e seja intenção da Companhia. Tais pagamentos incluem valores fixos, menos quaisquer incentivos a receber, valores variáveis que dependem de um índice ou taxa, e/ou valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos incluem o preço de exercício de opção de compra, ou o pagamento de multa pela rescisão contratual, de acordo com a opção exercida pela Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental nominal, na data de início porque a taxa de juro implícita do arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo do arrendamento e/ou alteração nos pagamentos (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável. **Provisão para desmantelamento de lojas.** Para os contratos de aluguel de lojas, a Companhia efetua uma estimativa dos custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do contrato de arrendamento. A provisão para desmantelamento é demonstrada em conta separado do passivo não circulante, tendo como contrapartida o ativo por direito de uso. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora. **3.10 Imobilizado.** As benfeitorias e as instalações, compreendem os gastos com as estruturas e a preparação para operacionalizar as lojas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As benfeitorias são depreciadas pelo menor prazo entre a vida útil estimada da benfeitoria ou do prazo de arrendamento. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia avaliou as taxas atuais de depreciação e concluiu que são adequadas, considerando que não houve nenhuma mudança operacional relevante em seu negócio. Dessa forma, decidiu manter inalteradas as taxas de depreciação, calculadas usando o método linear para alocar os custos dos ativos durante a sua vida útil estimada, como segue:

	Taxa média de depreciação em % a.a	
	2022	2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros (conforme prazo contratual da locação)	12,5	12,5
Instalações	9,6	9,6
Empilhadeiras	8,3	8,3
Móveis, utensílios	9,4	9,4
Aeronaves	3,9	3,9
Veículos	5	5
Outros	10,9	10,9

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **3.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Caso haja necessidade de estimar o valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital da Companhia, limitado ao prazo de utilização previsto para o ativo, que pode ser contratual ou com base em sua vida útil. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes para as unidades geradoras de caixa (definidas como lojas e centros de distribuição), os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. A perda por desvalorização do ativo, quando identificada, é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para os ativos intangíveis, direito de uso e ativo imobilizado, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação ou amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. **3.12 Fornecedores.** Correspondem às obrigações a pagar por mercadorias e serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estão apresentadas descontadas a valor presente. **3.13 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos.** A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada "risco sacado". Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre ambos. Os prazos de pagamento e os preços praticados na compra de produtos desses fornecedores se mantem os mesmos antes e depois da inclusão no risco sacado, havendo somente a alteração do destinatário do pagamento (instituição financeira ao invés do fornecedor). Os prazos de pagamentos estão compreendidos dentro do ciclo normal de operação da Companhia. Portanto a Companhia apresenta o saldo destas transações operacionais em "Fornecedores nacionais – risco sacado" em seu passivo circulante. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente. **3.14 Empréstimos e financiamentos.** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros. **3.15 Provisões Gerais.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.16 Tributos Imposto de renda e contribuição social - correntes.** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou os valores passíveis de compensação, quando aplicável, são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. **Tributos diferidos.** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Ativos

fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto, quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal). O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados, quando aplicáveis, são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a Companhia possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretensão fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **Tributos sobre as vendas.** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais. **3.17 Benefícios a funcionários e administradores.** A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores e não mantém plano de benefícios a funcionários e administradores na forma de planos de bônus ou participação nos lucros. **3.18 Reconhecimento de receitas e custos.** A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios descritos a seguir: **a) Venda de produtos.** A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador. **b) Prestação de serviços.** Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro contra roubo, furto e quebra accidental e serviços gráficos (Copy & Print) as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados. **c) Direito de devolução.** As operações de venda seguidas de eventuais devoluções ocorrem substancialmente nas operações de *e-commerce*. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são normalmente em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. Os créditos de devolução não utilizados são realizados como receitas após 12 meses quando, conforme política da Companhia, expira a validade para troca destes créditos. **d) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados.** Os custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita. Os gastos com frete incorridos para transporte de suas mercadorias dos centros de distribuição para as lojas da rede de atendimento ao público estão classificados como custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas é apresentado líquido dos valores relativos a acordos comerciais recebidos de fornecedores. **3.19 Receitas (despesas) financeiras.** Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas. **3.20 Lucro (prejuízo) por ação.** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuído aos detentores de ações da Companhia pelo número médio ponderado de ações durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em quotas efetivas. O prejuízo no exercício é considerado anti-dilutivo. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. Na data da apresentação das demonstrações financeiras a Companhia não possui instrumentos de patrimônio portanto o lucro (prejuízo) básico e diluído são idênticos. **3.21 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i) Ativos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente.** A Companhia possui instrumentos financeiros ativos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria. **Ativos financeiros ao custo amortizado.** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes e partes relacionadas. **Desreconhecimento.** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou expirarem; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** As perdas esperadas de crédito são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas de crédito são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda esperada de crédito de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda esperada de crédito). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas esperadas de crédito. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas esperadas de crédito em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A provisão para perdas de créditos esperadas é calculada com base no histórico de perdas dos últimos 2 anos, porém considerando também as perdas esperadas sobre os recebíveis a vencer. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **ii) Passivos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração.** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou deduzidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, e contas a pagar a partes relacionadas. **Mensuração subsequente.** A Companhia possui instrumentos financeiros passivos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria. **Passivos financeiros ao custo amortizado.** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento.** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **iii) Compensação de instrumentos financeiros.** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **iv) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado

mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **3.22 Demonstração do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS. A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação *dúvidosa*), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores atuais e de depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **3.24 Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes.** Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes pronunciamentos e alterações foram emitidos, mas ainda não estão vigentes: • CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguro estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. O pronunciamento estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alterações no CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis envolvendo a classificação como passivo circulante e não circulante. Também houve alteração relacionados a aplicação do julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações serão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alterações no CPC 23 / IAS 8 – As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023. A Administração, de forma preventiva, verifica a aplicabilidade das novas normas e alterações emitidas para a Companhia, bem como, avalia o impacto nas demonstrações financeiras, se aplicável. **3.25 Segmento operacional.** A Companhia possui um único segmento operacional que é utilizado pela Administração para fins de análise e tomada de decisão. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: **Recuperação de créditos tributários.** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia. **Ativo imobilizado e intangível.** O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária).** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos. **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos.** A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o *rating* de crédito, *spreads* históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	7.204	9.730
Aplicações financeiras	10.134	6.471
	17.338	16.201

O saldo de aplicações financeiras é composto substancialmente por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), de liquidez imediata, em bancos de primeira linha e que rendem entre 2% a 10% (entre 98% e 102% em 2021) da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

6. Aplicações Financeiras. O saldo de R\$ 5.310 (R\$ 3.487 em 2021) refere-se às aplicações em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) com vencimentos em novembro e dezembro de 2023, com rendimentos entre 98% e 103% (98% e 100% em 2021) da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

7. Contas a receber

	2022	2021
Cartões de crédito e débito de terceiros (i)	81.525	51.402
Duplicatas a receber (ii)	27.320	21.953
Carteira digital / <i>Marketplace</i>	13.737	2.128
Outros créditos - representados por notas de débitos e outros	400	3.321
Vendas à vista de lojas (a ser depositado)	2.356	2.377
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.453)	(1.482)
	123.885	79.699
Provisão para perdas de crédito esperada	(1.413)	(1.405)
	122.472	78.294

(i) As operações com cartões de crédito de terceiros podem ser pagas em até 10 parcelas sem juros e sem encargos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto de cartões de terceiros é de R\$ 216.480 (R\$ 83.499 em 31 de dezembro de 2021) e o saldo de antecipações de cartões é de R\$ 134.955 (R\$ 32.097 em 31 de dezembro de 2021). (ii) As vendas a prazo para pessoa jurídica são realizadas por meio de emissão de duplicatas podendo ser pagas em até três parcelas, sem incidência de encargos financeiros.

Composição por prazo de vencimento dos recebíveis:

	2022	2021
A vencer	121.120	77.778
Vencidos até 30 dias	1.423	968
Vencidos de 31 até 60 dias	255	126
Vencidos de 61 até 90 dias	126	81
Vencidos de 91 até 360 dias	381	249
Vencidos acima de 360 dias	580	497
	123.885	79.699

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está conforme abaixo:

	2022	2021
Saldo inicial	(1.405)	(1.351)
(+) Constituição de provisão	(2.550)	(1.780)
(-) Baixa por perda efetiva do contas a receber	2.542	1.726
Saldo final	(1.413)	(1.405)

Qualidade de créditos. Parte substancial das vendas é realizada por meio de cartões de crédito de diversas bandeiras. A Companhia considera baixo o risco de crédito e adota como política baixar diretamente para o resultado os créditos vencidos para os quais foram esgotados todos os procedimentos de tentativa de recuperação. Foi cons-

títula provisória para perda de crédito esperada, baseada na média histórica de perdas, sendo apurada com base em estudos conjuntos do setor financeiro e do setor contábil da Companhia. Assim a Companhia concluiu que o risco de perdas é equivalente a 1,1% em 31 de dezembro de 2022 (1,8% em 31 de dezembro de 2021) sobre o total das contas a receber líquido de antecipações de cartões. A Administração da Companhia julga que os saldos de provisão são suficientes para cobrir perdas esperadas. **Ajuste a valor presente.** O valor presente é calculado com base na taxa de desconto de 15,2% ao ano (12,5% em 31 de dezembro de 2021), que seria aplicada pela tesouraria da Companhia, caso ocorresse antecipações dos recebíveis com as instituições financeiras.

8. Estoques

	2022	2021
Mercadorias para revenda nos centros de distribuição nas lojas	212.001	202.605
Acordos comerciais	312.731	306.034
Ajuste a valor presente (AVP)	(13.513)	(12.826)
Provisão para obsolescência	(8.949)	(6.469)
	(3.100)	(1.330)
	499.170	488.014

O valor presente das compras de produtos, não vendidos em 2022 foi calculado considerando a taxa de 1,33% ao mês, (1,26% em 2021) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização. Não há estoques concedidos em garantia de quaisquer operações financeiras e ou comerciais.

9. Impostos a recuperar

	2022	2021
Créditos de ICMS-ST a recuperar (i)	319.621	340.099
ICMS-ST a recuperar - operações correntes (saldo credor)	2.785	2.315
Créditos de PIS/COFINS a recuperar (ii)	124.297	236.006
PIS/COFINS a recuperar	15.381	16.093
Antecipação IRPJ/CSLL	-	595
PIS/COFINS a recuperar - aquisição de imobilizado	1.485	2.288
Total	463.569	597.396
Circulante	432.923	480.219
Não circulante	30.646	117.177

(i) **ICMS substituição tributária** A partir de 10 de abril de 2008, conforme Decretos Estaduais nos 52.847 e 52.942, vários produtos comercializados passaram a ser tributados observando o regime de substituição tributária. O valor do ICMS pago antecipadamente (inclusive nas notas fiscais dos fornecedores) é contabilizado em rubrica específica do ativo, sendo levado a resultado na conta "Impostos incidentes sobre vendas" quando do faturamento pela venda dos respectivos produtos. Para as saídas interestaduais o imposto começou a ser recuperado em julho de 2011. Até 31 de dezembro de 2022, o montante recuperado foi de R\$ 345.952 (R\$ 147.056 em 31 de dezembro de 2021), conforme legislação específica. Os valores relativos a ICMS-ST são utilizados apenas após a obtenção do código "hash", informado pela SEFAZ, e preferencialmente para pagamento a fornecedores. (ii) **Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.** A Companhia possui duas ações ajuizadas discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente pagos a tal título, conforme segue: Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100: discutia-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, já foi obtida decisão judicial favorável definitiva, transitada em julgado em 28/02/2019, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos de PIS e de COFINS, no período de 28/11/2002 até 31/12/2014; neste caso vale ressaltar que apesar do Mandado haver sido ajuizado em 2010, a sentença judicial considerou que os valores foram recolhidos indevidamente desde 2002, porque já havia sido o período apresentado em juízo um Protesto Interruptivo de Prescrição em 2007. Como o Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100 teve trânsito em julgado de forma definitiva em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia reconheceu em 2019 créditos totais de PIS/COFINS no montante total de R\$ 257.607 sendo R\$ 142.391 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R\$ 115.216 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras. A Administração identificou riscos de recuperabilidade sobre os créditos que foram reduzidos em R\$17.298. Estes créditos potenciais foram avaliados como ativo contingente e, portanto, não registrados. Para este crédito potencial complementar, a Administração está preparando documentação suporte para o pedido de habilitação junto às autoridades fiscais. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia protocolou o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório N° 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100). Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100: discutia-se o direito da Companhia referente aos fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, foi concedida a medida liminar (em 15/12/2017) para autorizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, tendo este provimento sido confirmado em sentença proferida em 14/02/2019. Com esteio nessas decisões, foi efetuada a referida exclusão do ICMS, da seguinte forma: (i) por meio de reconhecimento de créditos extemporâneos, em relação ao ano de 2018, e (ii) diretamente na apuração, a partir de 2019. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF decidiu que a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS é válida a partir de 15/03/2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Especial (RE) 574.706. Diante deste evento, a Companhia efetuou o registro contábil dos créditos do PIS / COFINS, para o período compreendido entre 1º de abril e 31 de dezembro de 2017, no montante atualizado Taxa SELIC, de R\$ 30.646, conforme item (i) da decisão, e não registrou ainda os possíveis créditos relativos ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2017. O registro do crédito teve como contra-

b) Transações com partes relacionadas

	2022					
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	264.544	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	(796)	(1.325)	-	-
Despesas com tecnologia	-	(13.036)	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	(13.036)	(796)	(1.325)	-	-
Aluguéis recebidos e apropriados - administrativo	264	-	-	-	-	-
Aluguéis recebidos e apropriados - CD Barueri	436	-	-	-	-	-
Total de Outras Receitas	700	-	-	-	-	-
Receitas financeiras - mútuo	13.522	-	-	-	78.236	1.191
Despesas financeiras	-	-	(717)	-	-	-
Total resultado financeiro	13.522	-	(717)	-	78.236	1.191

	2021					
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Acionistas controladores	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	174.855	-	-	-	-	-
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	(721)	(1.084)	-	-
Despesas com tecnologia	-	(13.095)	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	-	(13.095)	(721)	(1.084)	-	-
Receitas financeiras - mútuo	3.877	-	-	-	34.122	487
Despesas financeiras	-	-	(73)	-	-	-
Total resultado financeiro	3.877	-	(73)	-	34.122	487

c) **Relacionamentos com partes relacionadas:** As partes relacionadas listadas nos quadros anteriores correspondem a entidades controladas pelos (ou sob influência dos) acionistas controladores da Kalunga. A Companhia não possui vínculos societários com estas entidades, seja como investida ou investidora. • Spiral do Brasil Ltda. - fornecedor de produtos fabricados e importados para revenda. A Kalunga proporciona suporte financeiro através de adiantamentos e mútuos de curto prazo ("conta corrente") para esta empresa. Além disso a Kalunga possui financiamentos feitos pela Spiral conforme detalhado no item (iii) anterior; • Blantys Participações Ltda. - a Companhia não realiza transações operacionais com essa parte relacionada, proporcionando apenas suporte financeiro através de mútuos; • Ka Solution Tecnologia - parte relacionada que realiza a atividade de desenvolvimento de TI da Companhia; • DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. - locadora do imóvel da sede administrativa da Companhia. Além da locação, a Companhia eventualmente proporciona suporte financeiro através de contratos de mútuos; • Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. - locadora do imóvel da loja situada no bairro de Sacomã (São Paulo). As condições e preços das transações entre as partes relacionadas são estabelecidas em acordos entre as entidades. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas. As despesas relativas à remuneração do pessoal chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas ao lado:

13. Imobilizado

	Benfeitorias	Instalações	Equipamentos de Informática	Empilhadeiras	Móveis e Utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Saldos em 31/12/2020	59.541	54.934	4.271	3.599	6.689	5.710	118	2.262	742	137.866
Custo total	148.090	105.809	25.317	6.601	13.060	8.951	159	3.685	742	312.444
Depreciação acumulada	(88.549)	(50.875)	(21.046)	(3.002)	(6.371)	(3.241)	(41)	(1.423)	-	(174.548)
Valor contábil, líquido	59.541	54.934	4.271	3.599	6.689	5.710	118	2.262	742	137.866
Aquisição	5.288	7.681	704	233	326	704	-	5	451	15.392
Baixas	(9.483)	-	-	-	-	(208)	-	-	-	(9.691)
Depreciação	(15.303)	(9.724)	(2.093)	(504)	(1.082)	(468)	(8)	(356)	-	(29.538)
Transferências	-	17	-	-	290	-	-	-	(307)	-
Saldos em 31/12/2021	40.043	52.908	2.882	3.328	6.223	5.738	110	1.911	886	114.029
Custo total	143.895	113.507	26.201	6.834	13.676	9.447	159	3.690	886	318.115
Depreciação acumulada	(103.852)	(60.599)	(23.139)	(3.506)	(7.453)	(3.709)	(49)	(1.779)	-	(204.086)
Valor contábil, líquido	40.043	52.908	2.882	3.328	6.223	5.738	110	1.911	886	114.029
Aquisição	4.700	2.564	1.111	219	119	-	89	15	440	9.257
Baixas	(1.345)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.345)
Depreciação	(13.869)	(9.185)	(1.616)	(504)	(1.067)	(436)	(20)	(356)	-	(27.053)
Transferências	-	149	-	-	218	-	-	-	(367)	-
Saldos em 31/12/2022	29.529	46.436	2.377	3.043	5.493	5.302	179	1.570	959	94.888
Custo total	147.250	116.220	27.132	7.053	14.013	9.447	248	3.705	959	326.027
Depreciação acumulada	(117.721)	(69.784)	(24.755)	(4.010)	(8.520)	(4.145)	(69)	(2.135)	-	(231.139)
Valor contábil, líquido	29.529	46.436	2.377	3.043	5.493	5.302	179	1.570	959	94.888

A Companhia não identificou indícios que indicassem potencial não recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 2.633 (R\$ 2.635 em 31 de dezembro de 2021), relativos aos bens do ativo imobilizado foram dados em garantias dos empréstimos e financiamentos.

partida R\$ 23.116 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais em 2021 e R\$ 7.530 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras, dos quais, R\$ 2.631 foram contabilizados em 2022 e R\$ 4.899 em 2021. Em 4 de agosto de 2021 foi realizado o julgamento do Recurso de Apelação da Fazenda Nacional, tendo o Tribunal decidido pela: (i) manutenção da sentença na parte em que garantiu o direito das empresas de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, incluído o ICMS-ST; e (ii) aplicação da modulação dos efeitos definida no julgamento de repercussão geral firmado pelo STF, de modo a não reconhecer o direito de as empresas reaverem os valores indevidamente pagos no período entre a vigência da Lei nº 12.973/2014 e 03/2017 (que foi a data do primeiro julgamento do STF). Especificamente com relação ao item (ii) da decisão acima mencionada, baseada na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia decidiu apresentar os competentes recursos, especialmente visando discutir a questão da modulação, de modo que não seja restringido o seu direito no mencionado período. Após o registro inicial, estes créditos tributários continuam sendo atualizados com base à SELIC, sendo que no exercício de 2022 foram registrados R\$10.930 como resultados financeiros (R\$8.917 em 31 de dezembro de 2021). Portanto o saldo apresentado na rubrica PIS/COFINS a recuperar, está assim composto:

	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	253.421	37.150
Reconhecimento de crédito de transações de 2021	-	37.150
Reconhecimento de crédito extemporâneo do período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2017	-	23.116
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial)	-	8.917
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	-	(86.598)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	236.006	236.006
Reconhecimento de crédito de transações de 2022	-	46.895
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial)	-	10.930
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	-	(169.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	124.297	124.297

O efeito dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100 descritos na movimentação da conta acima foram registrados através da redução do valor da própria despesa na rubrica "PIS e COFINS sobre vendas", redutora das vendas brutas. Os efeitos tributários incidentes sobre os créditos (principal) foram registrados em mesma data como imposto diferido passivo.

10. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

	2022	2021
Ativo não circulante		
Adiantamentos e conta corrente		
Spiral do Brasil Ltda. (i)	86.689	63.185
Contratos de mútuo		
Acionistas controladores (ii)	554.821	439.134
Blantys Participações Ltda. (ii)	8.381	6.507
	649.891	508.826
Passivo circulante		
Fornecedores		
KA Solution - Tecnologia	953	901
Spiral do Brasil Ltda - risco sacado	138.760	85.237
Empréstimos com partes relacionadas		
Spiral do Brasil Ltda. (iii)	100.817	103.003
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	826	736
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	1.400	1.272
Spiral do Brasil Ltda.	279	-
	243.035	191.149

Passivo não circulante

	2022	2021
Empréstimos com partes relacionadas		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. (iv)	4.914	4.073
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	3.990	4.295
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	6.415	7.099
Spiral do Brasil Ltda.	1.349	-
	11.754	11.394

(i) Refere-se a adiantamentos e conta corrente com parte relacionada permitindo a importação e produção de materiais comercializados pela Companhia. A conta corrente é sujeita à encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2022 ficou entre 1,04% e 1,59% ao mês (entre 0,38% e 1,17% em 2021), sem vencimento predeterminado. (ii) Refere-se a contratos de mútuo classificados no ativo não circulante sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que em 2022 ficou entre 1,04% e 1,59% ao mês (entre 0,38% e 1,17% em 2021), sem vencimento predeterminado. (iii) Até 2022 foram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Kalunga concluídas ao longo dos anos, nos exercícios subsequentes. Os recursos obtidos pela Spiral decorrentes de adiantamentos junto às instituições financeiras foram transferidos para a Kalunga, que registrou a obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas. Sendo essa transação um passivo assumido pela Companhia com características de financiamento e consequentemente apresentados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa. A Spiral não cobra juros ou encargos sobre essas transações com a Kalunga, sendo os vencimentos em 24 de fevereiro a 23 de junho de 2023. (iv) Refere-se a contrato de mútuo, no valor de R\$ 4.000, firmado em 10 de novembro de 2021, cujo encargo financeiro corresponde a taxa média ponderada da captação de empréstimos contratados pelo mutuante junto a seus credores e o vencimento em 09 de novembro de 2026.

(i) Refere-se majoritariamente ao depósito em juízo dos valores de créditos de PIS e COFINS tomados sobre as despesas consideradas insumos (taxa de cartões, material de embalagens, despesas com telefones e depreciação de máquinas e equipamentos) referentes ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015 para mitigar possíveis efeitos do auto de infração descrito na Nota 18, e a partir de então a Administração não reconheceu tais créditos. (ii) A partir do segundo trimestre de 2021, a Companhia passou a depositar em juízo os montantes relativos à tributação do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS sobre a atualização monetária dos créditos extemporâneos oriundos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 18). A partir de setembro de 2021, baseado no julgamento do *leading case* RE nº 1.063.187/SC realizado no STF, no caso da incidência do IRPJ e CSLL, os depósitos judiciais não foram mais efetuados. (iii) Trata-se de questionamento judicial da legalidade da exigência do Diferencial de Alíquota de ICMS ("DIFAL") pelas Unidades da Federação ("Ufs") nas vendas interestaduais de mercadorias destinadas a consumidores finais não contribuintes do ICMS ("Serviços"). A partir da decisão do STF sobre os embargos de declaração dos estados da Federação, passaram a ser efetuados depósitos judiciais a partir da competência setembro de 2021.

12. Arrendamentos

	Direito de uso	Passivo de Arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2021	488.941	(544.986)
Novos contratos	14.454	(14.312)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	66.282	(66.282)
Baixa de contratos	(13.450)	15.312
Amortização de direito de uso	(100.919)	-
Juros apropriados no exercício	-	(62.133)
Pagamentos de arrendamentos	-	149.034
Saldos em 31 de dezembro de 2022	455.308	(523.367)
Circulante	-	(98.780)
Não circulante	455.308	(424.587)
Direito de uso, líquidos de amortização	452.688	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	2.620	-
Total	455.308	-

	Direito de uso	Passivo de Arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2020	502.961	(542.831)
Novos contratos	12.106	(11.937)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	78.094	(78.094)
Baixa de contratos	(17.509)	19.156
Amortização de direito de uso	(86.711)	-
Juros apropriados no exercício	-	(62.062)
Descontos obtidos COVID-19	-	11.726
Pagamentos de arrendamentos	-	119.056
Saldos em 31 de dezembro de 2021	488.941	(544.986)
Circulante	-	(82.264)
Não circulante	488.941	(462.722)
Direito de uso, líquidos de amortização	485.821	-
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	3.120	-
Total	488.94	

14. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores nacionais - terceiros	746.285	719.038
Fornecedores nacionais - risco sacado com terceiros (i)	5.208	3.847
Fornecedores nacionais - risco sacado com partes relacionadas (i)	138.760	85.237
Ajuste a valor presente (AVP)	(22.395)	(14.289)
	867.858	793.833

O ajuste a valor presente para 31 de dezembro de 2022 foi calculado considerando a taxa de 1,33% ao mês (1,26% a.m. em 31 de dezembro de 2021) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nesta rubrica até o momento de sua realização. (i) A Companhia disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada "risco sacado". Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Companhia, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram antecipados R\$31.495 pelos fornecedores terceiros que geraram uma receita de comissão à Companhia de R\$74 (em 2021 foram antecipados R\$20.512 e a receita foi de R\$606), registrada como receita financeira, líquida do custo de captação e impostos incidentes.

15. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros	Vencimento	2022	2021
Capital de giro - Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Varição do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 2,10% a 3,95% a.a.	Set/2027	487.341	686.677
Outros financiamentos	Juros fixos de 10,2% a 12,4% a.a e (CDI) + 3,15% a.a.	Dez/2026	16.102	1.695
			503.443	688.372
Circulante			163.674	229.896
Não circulante			339.769	458.476

Composição do não circulante, por ano de vencimento:

Ano	2022	2021
2023	-	193.851
2024	137.825	165.855
2025	87.416	98.770
2026	73.070	-
2027	41.458	-
	339.769	458.476

Os contratos não possuem cláusulas restritivas. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada na Nota 28.3. **a. Garantias:** Em garantia dos contratos de capital de giro, foram concedidas cédulas de crédito bancário avalizadas pelos acionistas controladores e mais recebíveis de cartões de crédito em 16% a 30% do saldo do devedor do empréstimo (dependendo da instituição financeira) e, a critério do credor, caso o saldo de garantia de recebíveis não atenda aos limites contratados, a instituição financeira tem o direito a retenção de recebíveis até os limites de garantias estipuladas, nos períodos apresentados os limites de garantias foram atendidas, bem como, requerer a alocação de certa quantia em aplicação financeira na própria instituição financeira. Já nos contratos outros financiamentos, as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos acionistas controladores.

16. Obrigações fiscais

	2022	2021
IRRF a recolher	2.012	1.850
ISS de terceiros a recolher	37	68
CSLL, PIS, COFINS e IOF a recolher	692	2.035
Impostos sobre vendas e serviços a recolher	31.199	17.943
Total de impostos a pagar	33.940	21.896
Parcelamento PIS/COFINS - PERT	9.365	15.186
Total de obrigações fiscais	43.305	37.082
Circulante	37.652	28.515
Não circulante	5.653	8.567

Em setembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, para pagamento de auto de infração, relativo a créditos de PIS/COFINS, relativos ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Com a adesão, a multa aplicada foi reduzida em 40% e os juros em 80%, sendo parcelado em 150 parcelas mensais e consecutivas, vencida a primeira em 30/09/2017 e a última em 31 de janeiro de 2030. A partir de então, a Companhia deixou de tomar determinados créditos, porém ajustou ação contra a Receita Federal do Brasil - RFB com o objetivo de recuperá-los. Com objetivo de minimizar os efeitos de possíveis novos autos de infração em relação as operações do ano de 2016 e parte do ano de 2017 foram efetuados depósitos judiciais.

Em 25 de março de 2021, a Companhia aderiu ao parcelamento do auto de infração referente ao não recolhimento de ICMS para operações de saída no Distrito Federal. A seguir demonstramos a movimentação do parcelamento de tributos:

Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2020	2022	2021
Novos parcelamentos		1.260
Atualização monetária		390
Pagamentos realizados		(9.330)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2021		15.186
Atualização monetária		887
Pagamentos realizados		(6.708)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2022		9.365
Circulante		3.712
Não circulante		5.653

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2022	2021
2023	-	3.473
2024	929	849
2025	929	849
2026	929	849
2027	929	849
2028	929	849
2029	929	849
2030	79	-
	5.653	8.567

17. Receita diferida

	2022	2021
Garantia estendida e seguros para roubo, furto e quebra accidental (i)	2.879	1.932
Repasse de vendas de cartão pré-pago (iii)	2.583	-
Adiantamentos recebidos (ii)	83	107
	5.545	2.039

(i) O seguro de garantia estendida tem como objeto garantir ao segurado (cliente da Kalunga) a reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de evento amparado pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas do seguro de garantia, a Kalunga é remunerada entre 50% a 70% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro de garantia estendida, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida". Fim do prazo de aceitação e aprovação da transação pela seguradora (até o quinto dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços". A Companhia iniciou em 2019 também a comercialização de seguro para roubo, furto e quebra accidental, o qual garante ao segurado (cliente da Kalunga) a indenização, reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de sinistros amparados pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas desta modalidade, a Kalunga é remunerada em 49% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro contra roubo, furto e quebra accidental, registrando tal recebimento na rubrica "Receita diferida". As apurações têm frequência em regime mensal, e findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela Seguradora (até o décimo dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços". (ii) Trata-se de adiantamentos recebidos para publicações de propagandas na Revista Kalunga. (iii) Corresponde ao saldo a repassar para o fornecedor de cartões pré-pagos interativos que são vendidos nas lojas. As vendas iniciaram em agosto de 2022 e sobre a venda de cada cartão a Companhia recebe uma comissão que varia entre 7% e 50%.

18. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

a) Provisões para perdas prováveis. Foram constituídas provisões sobre as causas que os assessores jurídicos consideram como perda provável, demonstradas a seguir:

	2022	2021
Trabalhistas	1.514	1.455
Cíveis	946	623
Tributárias	5.545	6.556
	8.005	8.634

Contingências trabalhistas: As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores, requerendo indenizações e verbas previdenciárias incorporadas. **Contingências cíveis:** As causas cíveis referem-se a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor. **Contingências tributárias:** As causas tributárias referem-se a créditos de PIS / COFINS, tomados de janeiro de 2017 a setembro de 2020, que poderão ser questionados pela autoridade competente. A Companhia está avaliando em conjunto com sua assessoria tributária a alternativa mais adequada para mitigação do risco envolvido. A movimentação das provisões para perdas prováveis está demonstrada abaixo:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.479	531	6.770	9.780
Provisão (reversão)	(548)	552	(214)	(210)
Pagamentos	(476)	(460)	-	(936)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.455	623	6.556	8.634
Provisão (reversão)	119	323	(1.011)	(569)
Pagamentos	(60)	-	-	(60)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.514	946	5.545	8.005

b) Contingências avaliadas como perda possível, portanto, não provisionadas. Os processos judiciais de risco de perda possível, estão apresentados abaixo por natureza:

Natureza	2022	2021
Cível	2.147	1.250
Trabalhista	11.817	7.388
Tributário	38.762	33.660
	52.726	42.298

Os valores relacionados a causas tributárias em 31 de dezembro de 2022 se referem substancialmente a: i) Auto de infração lavrado durante o exercício de 2017 sobre créditos de PIS e COFINS tomados pela Empresa no montante de R\$6.402 em 31 de dezembro de 2022 (R\$5.921 em 31 de dezembro de 2021); e ii) A Companhia, até 31 de dezembro de 2022, amparada na posição de seus assessores jurídicos, não adicionou a atualização monetária dos créditos extemporâneos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 9), na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nem na base do PIS e COFINS. Os assessores jurídicos avaliaram até essa data, que em caso de autuação, o risco de perda é possível. A partir de setembro de 2021, baseada no julgamento do *leading case* RE nº 1.063.187/SC realizado no STF, os assessores jurídicos da Companhia passaram a classificar o risco de perda como remoto, no caso da incidência do IRPJ e CSLL, e mantêm como possível o risco de perda relativo a incidência de PIS / COFINS, sobre as atualizações monetárias na repetição de indébitos, no montante de R\$8.982 em 31 de dezembro de 2022 (R\$8.047 em 31 de dezembro de 2021). Também é avaliado como possível, o risco da incidência de multa e juros por atraso de pagamento dos tributos, face a diferença temporal do reconhecimento do crédito e o uso do mesmo através do sistema de compensação (PERDCOMP) utilizado para liquidação de tributos federais, no montante de R\$21.268 em 31 de dezembro de 2022 (R\$17.020 em 31 de dezembro de 2021).

19. Patrimônio líquido. a) Capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$56.127 (R\$8.300 em 31 de dezembro de 2021), representado por 622.139.776 ações ordinárias (500.000.000 em 31 de dezembro de 2021), sendo 50% detido por cada um dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 750.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal (idem em 31 de dezembro de 2021). **b) Alterações societárias.** Em 30 de abril de 2022, os acionistas através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovaram a proposta da Administração de aumentar o capital social da Companhia de R\$8.300 para R\$56.127, portanto, um aumento de R\$47.827, com a emissão de 122.139.776 novas ações ordinárias, sem valor nominal, através da utilização dos saldos de dividendos a pagar de R\$11.957 e de reserva de investimento de R\$35.870. **c) Reserva legal.** Conforme artigo 193 da Lei 6.404/76 e 28 do Estatuto Social, do lucro líquido do exercício apurado, deduzidos os prejuízos acumulados e qualquer provisão de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, serão destinados 5%, no mínimo, do saldo remanescente para a constituição de reserva legal, no limite, em que o saldo desta reserva não supere 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva legal é de R\$6.420 (R\$1.660 em 31 de dezembro de 2021). **d) Reserva para investimento.** Conforme artigo 28 §3º do Estatuto Social, após a constituição da reserva legal e observada a distribuição mínima obrigatória de dividendos, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Administração, destinar o lucro líquido remanescente para constituição de reserva para investimento, a qual, tem a finalidade de assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro. O saldo desta reserva não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, o capital social. Em 31 de dezembro de 2022, foram constituídos R\$67.832 de reserva para investimento, encerrando o exercício social com o saldo de R\$70.943 (R\$38.981 em 31 de dezembro de 2021). As reservas de lucros, a de investimentos mais a reserva legal descrita em "c", ultrapassam o capital social, em desacordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76. Com relação a esse assunto vide Nota Explicativa 32 Eventos subsequentes **e) Dividendos mínimos obrigatórios.** Em consonância com artigo 202 da Lei 6.404/76 e artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, foram destinados R\$22.611 (R\$11.957 em 31 de dezembro de 2021) para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. **f) Custos com emissão de ações.** Conforme descrito na Nota 1, em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na CVM, visando uma captação de recursos financeiros através de oferta pública inicial de ações (IPO). Conforme requerido pelo CPC 08 (R1), os custos de transação incorridos até 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$3.998 (R\$3.638 em 31 de dezembro de 2021), foram mantidos em conta transitória como pagamento antecipado no grupo de outros ativos circulantes. Caso o IPO seja concretizado, esse montante será baixado contra uma conta redutora de patrimônio líquido como custos de emissão de ações. Caso a Companhia desista do IPO, então esse montante será baixado como despesa no resultado do exercício corrente.

20. Gestão de capital. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital da Companhia, a Administração pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice do grau de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira de curto prazo. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, os quais podem ser assim sumarizados:

	2022	2021
(+) Empréstimos e financiamentos	503.443	688.372
(-) Aplicação financeira	(5.310)	(3.487)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(17.338)	(16.201)
(=) Dívida líquida	480.795	668.684
(+) Total do patrimônio líquido	133.496	48.947
(=) Total do capital	614.291	717.631
Índice de alavancagem financeira - %	78,27	93,18

21. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2022	2021
Vendas brutas de produtos	3.207.296	2.766.729
Venda de serviços	11.312	11.141
Ajuste a valor presente (AVP)	(40.681)	(19.057)
Devoluções	(60.158)	(50.838)
ICMS sobre vendas	(502.621)	(441.758)
PIS e COFINS sobre vendas	(245.243)	(211.184)
ISSQN sobre vendas de serviços	(474)	(535)
Receita líquida	2.369.431	2.054.498

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	2022	2021
Lojas físicas	1.913.049	1.639.130
Canal digital	452.463	412.757
Copy & Print	3.919	2.611
	2.369.431	2.054.498

22. Despesas com vendas

	2022	2021
Salários e encargos sociais	(234.109)	(213.357)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(90.841)	(78.761)
Depreciação e amortização	(26.035)	(28.504)
Taxa de cartão de crédito	(40.321)	(33.501)
Propaganda e publicidade	(38.297)	(31.043)
Aluguéis (ii)	(30.978)	(22.299)
Energia elétrica, água e telefone	(26.460)	(24.395)
Fretes com vendas	(20.404)	(17.963)
Imposto predial e taxas de funcionamento	(15.357)	(13.928)
Despesas com manutenção	(8.487)	(6.443)
Despesas com ICMS/ICMS Difal	(11.471)	(16.273)
Serviços de terceiros	(14.499)	(10.849)
Materiais de embalagem	(7.663)	(5.487)
Impressos e material de escritório	(2.621)	(3.447)
Royalties	(4.387)	(2.384)
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	(2.550)	(1.780)
Quebra de caixa	(355)	(320)
Provisão (reversão) de contingências e despesas indenizações	1.011	-
Outras despesas	(16.685)	(6.414)
	(590.509)	(517.148)

(i) Esse montante compreende R\$100.046 de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (R\$86.711 em 2021), líquido de R\$9.205 de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos (R\$7.950 em 2021). (ii) O montante em 2021 contempla o desconto de R\$11.726 obtido dos arrendadores devido ao COVID-19. Em 2022, não houve descontos.

23. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Serviços de terceiros	(30.465)	(27.780)
Salários e encargos sociais	(32.031)	(28.204)
Provisão (reversão) de contingências e despesas de indenizações	(442)	210
Manutenção	(545)	(676)
Depreciação e amortização	(2.163)	(2.517)
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	(807)	(644)
Energia elétrica, água e telefone	(408)	(421)
Aluguéis	(221)	(197)

	2022	2021
Ativos:		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI	10.134
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI	5.310
Partes relacionadas	Redução do CDI	649.891
	Subtotal	665.335

	2022	2021
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos, capital de giro	Alta do CDI	491.091
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	9.365
	Subtotal	500.456
	Total	164.879

	Risco	2022	Taxa
Ativos:			
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Redução do CDI	6.471	CDI
Aplicações financeiras (AC)	Redução do CDI	3.487	CDI
Partes relacionadas	Redução do CDI	508.826	CDI
	Subtotal	518.784	

	Risco	2021	Taxa
Passivos:			
Empréstimos e financiamentos, capital de giro	Alta do CDI	688.802	CDI
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	15.186	Selic
	Subtotal	703.988	
	Total	185.204	

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 31 de dezembro de 2022 (13,53% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável da SELIC foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 30 de dezembro de 2022 (12,25% a.a.). (ii) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de dezembro de 2021 (11,61% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável da SELIC foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 03 de dezembro de 2021 (9,25% a.a.). (*) Valor bruto dos custos de amortizar de captações de recursos de terceiros.

Pró-labore	(5.400)	(5.400)
Legais e tributárias	(363)	(191)
Outras despesas	(3.865)	(1.588)
	(76.710)	(67.408)

(i) Esse montante compreende R\$873 (R\$710 em 2021) de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (Nota 12), líquido de R\$66 (R\$66 em

b) Risco de crédito. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, o qual atualmente não é significativo, pois parte substancial das vendas é realizada à vista, ou, por meio de cartão de crédito, onde o risco de crédito é substancialmente com as administradoras de cartões. Para caixa e equivalentes de caixa, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de

primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico. **c) Risco de liquidez** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um capital circulante líquido de R\$311.142 (R\$236.995 em 31 de dezembro de 2021). O endividamento está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos com terceiros e com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	867.858	-	-	-	867.858
Passivo de arrendamento	98.780	340.666	83.921	-	523.367
Empréstimos com partes relacionadas	100.817	4.914	-	-	105.731
Empréstimos e financiamentos	163.674	339.769	-	-	503.443
Total	1.231.129	685.349	83.921	-	2.000.399

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	793.833	-	-	-	793.833
Passivo de arrendamento	82.264	394.326	68.396	-	544.986
Empréstimos com partes relacionadas	103.003	4.073	-	-	107.076
Empréstimos e financiamentos	229.896	193.851	264.625	-	688.372
Total	1.208.996	592.250	333.021	-	2.134.267

(d) Instrumentos derivativos. A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos de risco. Em 31 de dezembro de 2022 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

28.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Hierarquia Valor Justo	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 2	17.338	16.201
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 2	122.472	78.294
Aplicação financeira	Custo amortizado	Nível 2	5.310	3.487
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	649.891	508.826
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	27.503	20.519
			822.514	627.327
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	867.858	793.833
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	503.443	688.372
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	523.367	544.986
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	105.731	107.076
			2.000.399	2.134.267

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

28.3 Mudanças dos passivos financeiros nas atividades de financiamento

	Em 31 de dezembro de 2021	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Custo de transação	Em 31 de dezembro de 2022
Passivo de arrendamento	544.986	(86.905)	(62.129)	65.282	62.133	-	523.367
Empréstimos e financiamentos	688.372	(210.285)	(90.990)	30.000	87.971	(1.625)	503.443
Empréstimos com partes relacionadas	107.076	(151.103)	-	149.041	717	-	105.731
	1.340.434	(448.293)	(153.119)	244.323	150.821	(1.625)	1.132.541

	Em 31 de dezembro de 2020	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos	Em 31 de dezembro de 2021
Passivo de arrendamento	542.831	(56.017)	(62.061)	69.897	62.062	(11.726)	544.986
Empréstimos e financiamentos	827.992	(196.427)	(55.354)	54.875	57.286	-	688.372
Empréstimos com partes relacionadas	82.833	(232.344)	-	256.514	73	-	107.076
	1.453.656	(484.788)	(117.415)	381.286	119.421	(11.726)	1.340.434

29. Pagamento baseado em ações. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020 foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas. A Administração do plano e outorga de opções caberá ao Conselho de Administração. Até 31 de dezembro de 2022, não foram outorgadas opções e não houve, consequentemente, nenhum registro contábil desse plano.

30. Transações que não afetam caixa. As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	2022	2021
Abatimento de dividendos distribuídos do mútuo a receber de partes relacionadas	-	143.000
Arrendamentos contratados durante o exercício e provisão de desmantelamento	14.454	11.652
Remensuração de arrendamentos	66.282	79.227
Descontos obtidos no pagamento de arrendamento	-	11.726
Baixa de contratos de arrendamento	1.862	1.485
Aumento de capital com reserva	35.870	-
Aumento de capital com dividendos	11.957	-
Compensação de IR e CS correntes com saldo de pagamentos a maior no ano	-	10.789
Compensação de IR e CS correntes com créditos de PIS e COFINS	-	8.967
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	22.611	11.957

31. Seguros contratados. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém cobertura de seguros para o ativo imobilizado, estoques e despesas fixas de um ano, como a seguir indicados, para cobrir os riscos de eventuais sinistros: (a) Estabelecimentos comerciais (lojas) - incêndio, raio, explosão e outros eventos da natureza, no montante total de R\$728.368 (R\$716.056 em 31 de dezembro de 2021), com um limite máximo garantido de R\$98.100 (R\$98.100 em 31 de dezembro de 2021); Centros de Distribuição no montante total de R\$262.982 (R\$263.080 em 31 de dezembro de 2021), com um limite máximo garantido de R\$225.302 (R\$225.302 em 31 de dezembro de 2021); (b) Demais riscos, incluindo responsabilidade civil, nos montantes máximos de R\$5.500 (R\$5.500 em 31 de dezembro de 2021); (c) Seguro aeronáutico no montante limite de US\$13 milhões de dólares americanos (idem em 31 de dezembro de 2021), equivalentes a R\$67.830 (R\$72.547 em 31 de dezembro de 2021); (d) Responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O) com um limite máximo garantido de R\$60.000 (R\$60.000 em 31 de dezembro de 2021); e (e) Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética (CyberEdge) com um limite máximo garantido de R\$1.000.

32. Eventos subsequentes. Estrutura de capital: Em atendimento ao artigo 202 da Lei 6.404/76, e ao artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, foi registrado no encerramento do exercício social o valor de R\$22.611 relativos à distribuição do dividendo mínimo obrigatório, e R\$67.832 relativos a Reserva para Investimentos, conforme descrito na nota explicativa 19 – Patrimônio Líquido. A Diretoria Executiva propôs e foi acatado pelo Conselho de Administração, que além dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$22.611 sejam distribuídos dividendos adicionais, utilizando o saldo da conta de reserva de investimentos no valor de R\$70.943. O total da distribuição de R\$93.554 será utilizada na amortização do Contrato de Mútuo com os Acionistas Controladores descrito na NE 10 – Partes Relacionadas. Esta proposta está sujeita à deliberação dos acionistas na próxima Assembleia Geral a ser convocada. **Empréstimos:** A Companhia, em 20 de janeiro de 2023, celebrou o primeiro aditivo ao contrato de Cédula de Crédito Bancário de R\$70.189 inicialmente vencível em junho de 2025 sendo então prorrogado para junho de 2027.

Conselho da Administração

Paulo Sérgio Menezes Garcia – Presidente do Conselho de Administração
Emerson Pivezan – Vice-Presidente do Conselho de Administração
José Roberto Menezes Garcia
Antonio Maurício Maurano
German Pasquale Quiroga Vilardo

Diretoria

José Roberto Menezes Garcia – Diretor-Presidente
Felipe de Albuquerque Campos – Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Hoslei Amauri Touro Pimenta – Diretor
Plínio José Lopes Shigumatsu – Diretor
CONTADOR
Jovino Domingues Vieira
 CRC-SP: 1 SP 128.133/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Kalunga S.A. - São Paulo - SP.

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Kalunga S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão de ICMS da base de cálculo.** Conforme divulgado na nota explicativa 9, a Companhia obteve decisão judicial

de trânsito em julgado garantindo-lhe o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, referentes ao período de 28 de novembro de 2002 a 31 de julho de 2014, incluindo a correção devida. Tal trânsito em julgado ocorreu em 29 de fevereiro de 2019, e está em linha com o apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 15 de março de 2017, data que foi fixada a tese de recuperação geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706. Consequentemente, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram mensurados considerando julgamentos, interpretações e premissas da administração, e outras informações conforme a documentação que suportam os créditos. Adicionalmente, em 2021 a Companhia reconheceu os créditos de PIS e COFINS, decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo, para o período compreendido entre 1º de abril de 2017 e 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$28.015 mil, incluindo a correção devida, levando em consideração a decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ocorrida em 13 de maio de 2021 ratificando a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS a partir de 15 de março de 2017. O processo de cálculo de tais créditos envolveu um número relevante de operações, bem como julgamentos relevantes da administração sobre as modalidades de ICMS que deram origem aos créditos tributários reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2022 o valor dos créditos de PIS e COFINS a recuperar era de R\$ 124.297 mil. Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido a magnitude dos valores envolvidos e do julgamento aplicado na mensuração das estimativas utilizadas por parte da administração na elaboração das projeções para realização desses créditos, as quais podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas que não estão sob o controle da Companhia. **Como a nossa auditoria conduziu esse assunto.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar a avaliar os impactos fiscais envolvidos; a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia; a avaliação da integridade das bases utilizadas para apuração dos créditos; a interpretação da administração dos termos e condições da sentença prolatada e a razoabilidade dos julgamentos aplicados pela administração nos cálculos para determinação dos créditos tributários e sua realização futura e a adequação das divulgações na nota explicativa 8 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados na mensuração dos créditos tributários e na expectativa de realização destes créditos, assim como as divulgações incluídas na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S. Ltda.
 CRC-2SP034519/O-6

Carmen Lucia Chulek Carone
 Contador CRC-PR 054044/O-7

